

Reinado de Deus e Compromisso Político

Philip Moila

Expresso minha gratidão aos organizadores desta conferência por me haverem distinguido com a oferta desta oportunidade e deste privilégio de contribuir para o debate em andamento, quanto ao tópico controversial acima referido. Faço votos de que minha contribuição venha a ajudar as igrejas luteranas no Terceiro Mundo a serem dinâmicas.

A interpretação do reinado de Deus depende inteiramente da percepção que temos da condição ou perdição humana. Assim, a noção do reinado de Deus está fadada a ter significado conflitante, porque os teólogos diferem radicalmente em sua percepção da condição ou da perdição humana. Os poucos exemplos a seguir o atestam:

Barth, Thieliicke e Frei a captam como descrença, separação da transcendência;

Pannenberg como desesperança, perda de fé histórica;

Tillich e Gilkey como alienação, rebelião;

Cobb, Knitter e Wingren como caos, desordem, desgraça ecológica;

Sobrino e outros, Fiorenza, Ruether e Metz como opressão, desigualdade, cativo; e

Schillebeeckx como isolamento, não-pessoa, colapso social.

Concordo plenamente com aqueles teólogos que captam a condição humana como opressão, desigualdade, cativo, etc. Considero esta percepção mais apropriada para nosso estudo acerca do reinado de Deus e do compromisso político. Ela necessariamente requer a libertação dos oprimidos pelo reinado de Deus e a igualdade de todos os seres humanos, bem como a liberdade humana de toda e qualquer espécie de escravidão. A realidade dos países do Terceiro Mundo ecoa nesse tema. Nesses países estão na ordem do dia a opressão, a desigualdade e o cativo. Estou, portanto, satisfeito que o ponto de partida para a reflexão teológica desta conferência seja a condição humana concreta dos países do Terceiro Mundo. A pregação do reinado de Deus nesses países está fadada a ser política. Feitas estas colocações, passo a expor em termos concretos em que consiste a condição humana nos países do Terceiro Mundo, as suas implicações para a pregação do reinado de Deus.

1. A Condição Humana nos Países do Terceiro Mundo

Bilhões de habitantes deste mundo passam fome. A maioria dessas pessoas se encontram no Terceiro Mundo, uma minoria no Primeiro Mundo. A pobreza mundial tem as marcas da fome, do analfabetismo, da doença, do cuidado médico inadequado, de lesão cerebral e de morte. Tudo isso constituiu opressão, desigualdade e cativeiro. Em outros termos, tudo isso constitui a condição humana concreta no mundo.

A pobreza é causada por superpopulação, consumo excessivo, sistemas políticos e econômicos, desenvolvimentos tecnológicos modernos e colonialismo. Este último é, para mim, a principal raiz da pobreza nos países do Terceiro Mundo. Portanto, ele é da maior importância para nosso estudo acerca do “reinado de Deus e do compromisso político”. Ele não apenas define, mas também nos diz mais quanto à origem e às várias fases do desenvolvimento da condição humana nos países do Terceiro Mundo.

Trata-se de um fato óbvio e inegável que, em boa medida, o Terceiro Mundo foi empobrecido por seus colonizadores. Não há necessidade de fazermos uma apologia desse fato, embora isso possa ferir algumas pessoas. Os países do Terceiro Mundo foram colonizados por Portugal, Espanha, Holanda, Grã-Bretanha e França a partir do final do século XV. Sistemáticamente estabeleceu-se uma relação de dependência entre os países do Terceiro Mundo e seus colonizadores. Registram-se três fases desta dependência, quais sejam: a fase da dependência colonial (1400-1850); a fase da dependência industrial (1850-1940); a fase da nova dependência (1945 ao presente).

Durante a primeira fase os conquistadores tomaram as terras dos agricultores locais, além de extraírem metais e pedras preciosas, bem como produtos tropicais. Assim, as colônias transformaram-se em fonte incalculável de riqueza e poder para as matrizes coloniais. Durante a segunda fase os sistemas econômicos, políticos e sociais dos países conquistados foram virtualmente desmantelados e reestruturados conforme as necessidades das matrizes coloniais. Isso resultou no colapso de suas economias, anteriormente suficientes ou semi-suficientes. Seus sistemas agrícolas foram reestruturados para produzir artigos colocáveis no assim chamado mercado. O capital indígena foi desviado para o comércio ou para empréstimos monetários. Os artesãos rurais, cujos produtos foram expostos à competição externa, foram levados à ruína. A partir do século XIX, esses países foram integrados no sistema de mercado internacional. Seu papel naquele sistema seria de proporcionar recursos para a expansão econômica do Hemisfério Norte, bem como serem transformados em tomadores da produção excedente dos colonizadores. Com sua incorporação no mercado mundial, os países colonizados tornaram-se um mero apêndice do Primeiro Mundo.

Na fase presente o sistema colonial está sendo desmantelado e substi-

tuído pela corporação multinacional. Esta é, em certos aspectos, mais rica e mais poderosa do que algumas nações-estados. Trouxe à tona novas estruturas de dominação. A relação entre os países independentes do Terceiro Mundo e seus ex-senhores não mudou muito. A rigor, meramente se assumiu uma forma mais sutil e racional.

As nações capitalistas industrializadas ainda retêm benefícios econômicos de suas ex-colônias. Isso foi atingido mediante a reestruturação, em benefício próprio, dos sistemas internacionais de comércio e ajuda. Assim as empresas multinacionais contribuíram ainda mais para a recolonização do Terceiro Mundo. Exploraram recursos, mão-de-obra e poupanças do Terceiro Mundo, deixando as economias dos países do Terceiro Mundo mais dependentes de inversões externas do que no passado. Trata-se simplesmente da subjugação sistemática dos países do Terceiro Mundo. Colocado em outros termos, os países independentes do Terceiro Mundo de fato ainda funcionam como colônias.

Em outras palavras, a pobreza do Terceiro Mundo está inexoravelmente vinculada ao crescimento econômico do Primeiro Mundo. Assim, o subdesenvolvimento deveria ser visto simplesmente como um subproduto do desenvolvimento. Trata-se de um subproduto do mesmo processo que produziu riqueza para o Primeiro Mundo.

Em face da análise acima, fica claro que a opressão política, o deslocamento social, a injustiça sistemática e a alienação econômica se encontram na base da condição humana nos países do Terceiro Mundo. Portanto, nesses países está em jogo a morte ou a vida de seres humanos. As pessoas pobres nesses países existem como se não fossem feitas à imagem e semelhança de Deus ou como se não fossem destinadas a ser parte do reino de Deus. Se, contrariamente, você e eu cremos que essas pessoas foram feitas à imagem e semelhança de Deus, e destinadas a ser parte do reino de Deus, não podemos de modo algum deixar de captar o reinado de Deus como algo que tem a ver com sua libertação. Afirmando isso, contudo, asseveramos que para nós o reinado de Deus tem implicações políticas.

Nesse sentido, podemos dizer corretamente que a Igreja como serva do reinado de Deus está sob a obrigação de comprometer-se em favor da luta contra a pobreza, em continuidade plena com o testemunho bíblico acerca do empenho em favor dos pobres. Não há maneira pela qual a Igreja poderia justificar a pobreza ou qualquer outra forma de injustiça, seja dentro, seja fora da comunidade cristã. A questão que ora proponho, contudo, é averiguar se a condição humana no Terceiro Mundo tem alguma implicação para a reinterpretção da idéia de Lutero acerca do reinado de Deus. Creio que sim. A análise a seguir das idéias e intenções originais de Lutero o afirma. Devemos, porém, observar que a idéia do reinado de Deus em Lutero é um assunto complexo. Lutero emprega todo um leque de distinções interconectadas para expressar, em vários pontos, a tensão real entre o reino divino e as forças do mal na história humana, encorajan-

do as pessoas a tornarem-se “companheiras de trabalho” de Deus, cuja vontade é que toda a criação tenha vida em abundância.

2. Implicações para a Reinterpretação da Idéia de Lutero acerca do Reinado de Deus

Segundo Lutero, somente Deus é soberano sobre as consciências das pessoas, governando-as pelo regimento espiritual. É por essa razão que ele admoestou os príncipes a não abusarem da liberdade de consciência. Para ele o “regimento secular” de Deus não tem a ver com a fé das pessoas, mas com suas ações (obras). Expôs com freqüência esse aspecto positivo no contexto da doutrina dos três “estados” (*Stände/estates*): *oeconomia* (economia e família); *politia* (política) e *ecclesia* (Igreja). Conseqüentemente, Lutero afirma ser da vontade de Deus que a vida dos seres humanos seja santificada em cada um desses três “estados”.

Isso significa que para Lutero Deus está no comando tanto da consciência humana quanto da ação humana. Assim, sua idéia poderia ser usada no Terceiro Mundo para admoestar os príncipes, isto é, os governos, não apenas a não abusar da liberdade de consciência, mas também a não criar estruturas sociais que tornem a ação humana ineficaz, que oprimam as pessoas, que gerem pobreza e desigualdade, que submetam outras pessoas ao cativeiro. Obviamente, isso leva ao reconhecimento do fato de que o reinado de Deus age agora transformando as consciências humanas, isto é, tornando-as prestáveis ao serviço de Deus, e libertando as pessoas de estruturas sociais malignas, a fim de possibilitar ações humanas de serviço a outras pessoas, especificamente às pobres e oprimidas. Dito de outro modo, para as comunidades do Terceiro Mundo, Lutero articula aqui a presença e as atividades de Deus no todo da criação de Deus, isto é, tanto nos corações humanos quanto nas estruturas sociais. Boesak afirma e articula isso com vigor quando diz: “Deus está com seu povo. A Palavra se fez carne; o Rei está aqui.”¹ Deus ordena que os cristãos abram suas bocas em favor dos que estão por baixo e defendam a causa dos oprimidos e dos pobres².

Lutero considerava o reconhecimento das vocações e instituições seculares como o resultado necessário da justificação de um ser humano pela graça e pela fé. Assim, concebia essas instituições, acima de tudo, como oportunidade de demonstrar a fé e amor cristão para com o próximo. São também áreas a que se devem dirigir o testemunho e o serviço crítico e construtivo da Igreja. Por essa razão aconselhava as pessoas em suas vocações seculares. Contribuiu para o estabelecimento de uma nova ordem de paz baseada no direito. Promoveu o desenvolvimento do sistema educacional. Protestou contra os estágios embrionários do desenvolvimento de monopólios financeiros e comerciais “multinacionais” (por exemplo, os Fuggers) e também contra o abuso de poder dos príncipes, etc.³

Isso significa que para Lutero a justificação por graça e fé é um desafio aos cristãos do Terceiro Mundo para trabalhar em prol de uma mudança radical. Colocado de outra forma, ela compele os crentes a trabalhar em prol do reinado de Deus e a enfrentar o poder demoníaco de estruturas como o *apartheid*. Em outras palavras, a graça sempre acarreta exigências. O resultado da justificação por graça e fé para as comunidades do Terceiro Mundo é necessariamente a participação ativa no reino de Deus, cuja finalidade é a transformação de estruturas sociais malignas. Isso significa, nas palavras de Buthelezi: “A vida, em sua configuração social, econômica e política, é nosso único ponto de encontro com Deus. É nesse ponto que Deus dá alimento, filhos, saúde, proteção, os meios da graça, e assim por diante.”⁴ É em instituições seculares que os cristãos têm que se confrontar com os problemas da opressão, do temor, da fome, do insulto e da desumanização. Essa práxis é a evidência de se estar salvo por Jesus Cristo. Em outras palavras, é a relação com o Cristo libertador que faz dos cristãos no Terceiro Mundo instrumentos de libertação.

Lutero compeliu fortemente os cristãos e a Igreja em seu testemunho público a participarem ativamente em assuntos econômicos e políticos, em favor da defesa do próximo e para a glória de Deus. Ademais, opôs-se com igual força à idéia de que este mundo como um todo poderia tornar-se a Igreja antes da vinda do reino perfeito de Deus.

Considero isso o reconhecimento, por parte de Lutero, do mundo como parceiro livre em um diálogo aberto. Para mim, Lutero exige uma teologia que tanto afirma a autonomia e os valores do mundo quanto os rejeita quando alienam o ser humano de si mesmo, de seus semelhantes, da Igreja e de Deus. Exige uma teologia cuja tarefa é redefinir doutrinas da criação, o reino de Deus, o ministério, o trabalho, o poder, o lazer, a vocação da Igreja, etc., à luz da condição humana em qualquer sociedade humana. Segundo Lutero, o reino de Deus está presente na vida cotidiana através da presença cristã.

Em outras palavras, na perspectiva de Lutero, o reino de Deus procura estar completamente presente tanto na comunidade mundial quanto na local, lidando com problemas que são comuns a todas as sociedades de nossos dias e com aqueles que são peculiares a cada sociedade. Acima de tudo, busca encorajar os cristãos a serem tanto membros ou cidadãos ativos de suas sociedades quanto críticos constantes daquelas sociedades. Por essa razão, Boff está correto quando afirma:

Contrariamente ao que muitos cristãos pensam, o Reino de Deus não significa algo que é puramente espiritual ou fora deste mundo. É a totalidade deste mundo material, espiritual e humano, que é agora introduzido à ordem de Deus.⁵

Seguindo a tradição agostiniana, Lutero dividiu a humanidade em duas partes: a *civitas dei* sob o governo de Deus e a *civitas diaboli* sob o governo de Satanás. Com base nessa distinção, ele esteve em condições de

ver a história como cenário da luta divina contra o mal na forma de pecado e destruição. Assim, concebeu o alvo do processo histórico como sendo o reino de Deus em sua plenitude. Sustentou, contudo, que pelo poder do Espírito Santo este reino já se encontra entre os seres humanos, embora não plenamente. O Espírito Santo recria seres humanos e comunidades eclesiais.

O que Lutero está dizendo aqui é que o “reino de Deus” é iniciativa divina e se manifesta em processos de libertação. Boff o coloca adequadamente quando escreve:

O Reino, não sendo deste mundo por sua origem (é da parte de Deus), está em nosso meio, manifestando-se em processos de libertação. A libertação é ação que liberta, passo a passo, a realidade dos distintos cativos a que está, historicamente, submetida e que contradizem o projeto histórico de Deus, que é construir o Seu Reino onde tudo é orientado a Ele, penetrado por Sua presença e glorificado, a nível cósmico e ao nível pessoal (divinização). As libertações mostram a ação da salvação escatológica se antecipando, fermentando já agora a realidade que na escatologia será plenamente transfigurada.⁶

De fato, para Lutero, tanto quanto para as comunidades do Terceiro Mundo, o reinado de Deus liberta os seres humanos da perdição e da morte da solidão para a vida do compartilhamento da presença física do outro. Em outros termos, o reinado de Deus liberta quem é de “menos importância” (cf. Mt 25.34-40), os membros descartados, condenados, isolados e discriminados das sociedades do Terceiro Mundo, tais como a sociedade sul-africana; os vizinhos aprisionados, os parentes desterrados e os conhecidos detidos por razões políticas. Essas pessoas “fazem possível a síntese entre anunciar a verdade de Deus e encarnar o reino de Deus.”⁷ Talvez ninguém expresse essa relação melhor do que Sobrino quando escreve:

É o pobre que torna possível na história a síntese entre anunciar Cristo e seguir a Jesus, entre a verdade e a caridade, entre proselitismo para aumentar o número de crentes e aprofundar sua fé, e empenho em favor da libertação.⁸

É por essa razão que o reino de Deus tem implicações de profundo alcance para as estruturas sociais. Isso significa que “a ortopraxis deve assumir prioridade em relação à ortodoxia”⁹.

Maimela articula isso quando escreve:

Deus nos envolve como companheiros de trabalho e co-criadores na sociedade humana, a fim de promover o bem-estar social para todos, de modo que a humanidade mais plena que nos aguarda a todos nós no reino vindouro possa principiar a ser corporificada e trazida para perto aqui e agora...¹⁰

Lutero sustentou que os fracos necessitam a proteção da ordem provisória, por causa da obra de Satanás no mundo (Romanos 13.1-7). Essa defesa institucional, segundo ele, é proporcionada gratuitamente por Deus através dos regimentos seculares de Deus. Assim, para ele, os cristãos e a Igreja em instituições políticas públicas dão testemunho em favor da jus-

tiça e da verdade. Lutam com suas próprias armas “em favor de outros” e em prol de justiça e paz.

Isso significa que a tarefa da Igreja nas sociedades do Terceiro Mundo é, nas palavras de Maimela, a de lembrar “o Estado de que as instituições políticas e a autoridade secular existem para proteger os desprezados contra os poderosos exploradores.”¹¹ Os governantes precisam ser lembrados “de que governar consiste em mais do que em capacidade de punir, hostilizar e reprimir os cidadãos.”¹² Em palavras de Lutero: “Deus quer que o governo do mundo seja um símbolo de verdadeira salvação e de Seu reino na terra, como que uma pantomima ou uma máscara.”¹³

Lutero rejeitou os entusiastas utópicos que advogavam ou a retirada completa da vida política ou então sua transformação pela força no “reino de Deus”. Assim, ele escreve em sua exposição da narrativa da paixão (“Jesus é levado diante de Pilatos”):

Aqui Cristo nos mostra e ensina que não devemos silenciar acerca da verdade na presença dos “grandes” e da nobreza, mas, ao contrário, admoestá-los e criticá-los quando cometem injustiça. (...) Pois há um mundo de diferença entre sofrer injustiça e violência, e silenciar acerca delas. Pois um cristão tem que dar testemunho acerca da verdade e estar disposto a morrer por ela, se necessário. Se há verdade e justiça, devemos livre e abertamente testemunhar em favor delas. (...)

Pois os príncipes e os “grandes” consideram ser bastante tolerável que todo o mundo deveria ser criticado, desde que eles mesmos sejam excluídos dessa crítica. No entanto, certamente também eles têm que ser criticados, e qualquer pessoa tem como obrigação para com eles assinalar onde agem injustamente e fazem o mal, mesmo que protestem que tal crítica aos governantes levará à rebelião.¹⁴

É evidente que para Lutero nosso Deus, diferentemente dos deuses naturais dos pagãos, não é um Deus que santifica o *status quo*. Nas palavras de Tutu, “Ele é um Deus de surpresas, arrancando o que é poderoso e injusto para estabelecer Seu reino. Nós somos Seus agentes para trabalhar com Ele como Seus parceiros, a fim de fazer vingar tudo quanto Deus quer para Seu universo.”¹⁵

A Igreja, portanto, é um agente do reinado de Deus. É “o lar de pecadores e a escola para santos”¹⁶. Em outras palavras, os cristãos do Terceiro Mundo não necessitam ficar surpresos com o sofrimento que lhes sobrevém por causa do testemunho em favor do reinado de Deus e em favor do evangelho de Jesus Cristo. A intenção de Deus de estabelecer seu reino de justiça, de amor, de compaixão, não será frustrada.

Consoante com Agostinho, Lutero distinguiu dois grupos de pessoas: um grupo reconhece e submete-se ao governo de Deus, enquanto o outro grupo está sujeito ao poder do mal. Assim, sustentou que há o reino de Deus e o reino de Satanás. Esses dois reinos estão travando uma luta escatológica através da história até o triunfo final, completo e visível do reino de

Deus. Aqui Deus se opõe ao poder do mal.

Lutero fala nesse ponto de um método empregado por Deus para combater os poderes do mal, através do que chama de “regimento espiritual”. Deus pode agir contra os poderes do mal e estabelecer o bem atacando as raízes do mal na própria humanidade. Nesse sentido o Espírito do próprio Deus luta contra o mal. Lutero cria que somente o Espírito do próprio Deus, o Espírito Santo de Deus, podia eliminar as raízes do mal. Nunca se referiu à Igreja como o reino espiritual em contraposição ao Estado como reino secular. Essa distinção foi feita pela Igreja medieval, que dividiu o mundo em dois poderes, o clerical (Igreja, sacerdotes) e o temporal (reis, príncipes, nobreza).

Após uma revisão crítica dessa doutrina medieval de duas autoridades, uma espiritual e outra secular, Lutero concluiu que o regimento espiritual de Deus não é a hierarquia da Igreja, mas Deus atuante através da palavra (lei e evangelho). Assim, encarou a autoridade da Igreja como puramente ministerial, análoga à “forma de servo” do Jesus crucificado. O governo espiritual de Deus, sustentou ele, produz fé, liberdade da obsessão por auto-expressão e liberdade para o serviço em favor das co-criaturas.

Isso significa que para Lutero o Deus da Bíblia é o Deus da libertação, que em Jesus Cristo dramatizou vividamente seu poder de libertação da humanidade¹⁷. “Vim para que tenham vida, e a tenham em abundância.” Esse Deus se identifica com os que sofrem e pronuncia julgamento sobre os abastados. Veio ao mundo para erguer os pisoteados e os assim chamados desajustados da sociedade.

Lutero sustentou que Deus pode derrotar os poderes do mal também através do uso de seres humanos como seu instrumento — não somente o governo, mas também a Igreja como instituição secular. Este é o segundo método empregado por Deus para combater o mal. Aqui todos co-operam na obra de Deus — a Igreja e o governo, e as instituições sociais, econômicas e da família. Todos são interconectados, constituindo o que é chamado de “regimento mundano” de Deus, em contraposição ao Espírito do próprio Deus combatendo o mal nos seres humanos¹⁷.

Isso significa que para Lutero o governo secular de Deus permite que mesmo não-cristãos criem instituições que defendem não apenas a vida econômica e política da sociedade contra o poder do mal, mas também a própria Igreja. De outro lado, porém, Lutero sustentou que a Igreja está envolvida em termos bem concretos na vida pública, nas esferas social, econômica e profissional, e na vida secular em geral. Em cooperação com o Espírito de Deus, os cristãos podem fazer sua parte na luta contra as raízes do mal, a morte e o diabo. Assim, Lutero advogou não pacifismo, mas objeção eclética por razões de consciência. Não obstante, como o fez Paulo, insistiu a uma honesta avaliação de cada caso específico. Como diz Duchrow:

(...) os cristãos — não apenas o cristão individual, mas a Igreja como um to-

do, e particularmente aqueles que detêm o ofício da pregação — estão preocupados, em termos de avaliação crítica e em termos de encorajamento e apoio construtivos, com a questão da justiça pública, da justiça econômica pública, da justiça pública no direito, do bem-estar público; estão preocupados de fato com toda atividade humana que envolva uma relação com o próximo.¹⁸

Em outras palavras, o reinado de Deus, segundo Lutero, concede à Igreja no Terceiro Mundo liberdade para proclamar o evangelho do perdão dos pecados e da justiça de Deus; para servir o Estado e a sociedade de modo ativo e responsável; para protestar contra a autoridade temporal quando injustiças evidentes tiverem sido cometidas; para interpretar e aconselhar as autoridades temporais segundo as ordenações da criação dadas para apoio e desempenho da vida humana, a saber, no matrimônio e na família, na comunidade civil e na cultura, no Estado e no governo¹⁹.

Seguindo tradição medieval, Lutero referiu-se às instituições dadas por Deus, como a Igreja (*ecclesia*), a comunidade política (*politia*), a família e a economia (*oconomia*). Em todos esses “estados” todos os seres humanos são chamados simultaneamente a obedecer à vontade de Deus, voluntariamente os cristãos, mas involuntariamente se persistem em pecado. Já que os últimos perfazem a maioria, a preocupação principal no âmbito político é a conformidade externa com a lei divina (*usus politicus legis* — o uso político da lei). As instituições políticas fazem-no usando meios de coerção legalmente estabelecidos (força, império da lei, guerra defensiva, resistência em condições cuidadosamente definidas). Contudo, tanto quanto possível, o governo político tem que operar racional e equitativamente, isto é, com base na razão e na justiça.

A Igreja no Terceiro Mundo serve tanto ao governo espiritual de Deus quanto ao governo secular de Deus, ao testar crítica e construtivamente que instituições e modos de conduta correspondem à vontade de Deus. Assim não pode haver nenhuma dicotomia ou autonomia, como advoga o neoluteranismo.

Lutero entendeu Deus como o único e exclusivo operador, como aquele que tudo abrange e como a origem de todas as possibilidades. Para ele, o divino coopera com seres humanos em todas as coisas. É esse fator que dá coerência à doutrina dos “dois reinos”, “governanças” (regimentos), “hierarquias” ou “estados”. Segundo o propósito divino, os seres humanos deveriam cooperar com Deus quando Deus opera em todos os “regimentos” e “estados” combatendo as forças do mal. Nisso não há rivalidade entre uma interpretação teocêntrica e antropocêntrica do reinado de Deus no pensamento de Lutero¹⁹.

Isso significa que as comunidades cristãs do Terceiro Mundo são chamadas a participar no reinado de Deus, enfrentando e destruindo o poder demoníaco de estruturas como o *apartheid* e a corporação multinacional. O que estou tentando articular aqui é que a participação no reinado de Deus é a práxis de nossa fé no Deus triúno. Goba explica isso ao dizer:

“(…) Nossa fé deve ser de tal espécie que exerça justiça como compromisso com o reino de Deus já emergente em nosso meio, em prol do processo de libertação.”²⁰

Dito de outro modo, o alvo do reinado de Deus no Terceiro Mundo é desafiar e destruir as estruturas políticas e econômicas opressivas existentes. Em outras palavras, salvação pessoal nos países do Terceiro Mundo deveria ser seguida de participação ativa no reino de Deus. Este tem como objetivo a transformação de estruturas sociais malignas.

3. O Reinado de Deus É Realidade tanto Presente quanto Futura

A concepção de Lutero acerca do reinado de Deus faz eco à noção bíblica do reinado de Deus e à visão proleptica contemporânea do reinado de Deus. Por isso, concluirei minha exposição destacando aspectos dessas duas posições.

No Antigo Testamento o reinado de Deus era primariamente uma realidade presente. Contudo, a partir de uma consciência crescente do problema do mal e da injustiça histórica surgiu uma expectativa de que a soberania de Deus iria revelar-se mais poderosa e perfeitamente num dia vindouro (cf. Zc 14.9). Em outras palavras, o testemunho veterotestamentário é primariamente acerca do reinado presente de Deus, mas a seguir também acerca do que é aguardado como manifestação perfeita daquele reinado.

Já no Novo Testamento o reinado de Deus só pode ser entendido sobre o pano de fundo escatológico-apocalíptico do Antigo Testamento²¹. Este refere-se primariamente ao reino vindouro futuro. No entanto, o Novo Testamento também insiste que esse reino vindouro já veio, ainda que apenas parcialmente. O testemunho neotestamentário é, portanto, “primariamente relacionado ao que é aguardado como reino escatológico, mas a seguir também realidade presente nos sinais daquele reino”²². Nesse sentido o reinado de Deus “corporifica o cumprimento de todas as legítimas aspirações humanas”²³. Colocado de outro modo, inclui a dimensão política, a profundamente pessoal e a amplamente cósmica. Como diz Sherman, com acerto: “(…) abrange a dimensão pré-política, a política e a transpolítica da existência”²⁴.

A compreensão proleptica do reinado de Deus cria uma conexão entre a noção veterotestamentária do reinado de Deus e a noção neotestamentária do reinado de Deus, e ainda entre o reinado de Cristo sobre a Igreja e o seu reinado sobre o mundo. De acordo com essa compreensão, o poder do reino vindouro é experimentado prolepticamente pela Igreja em seu meio e no mundo. Destarte, a idéia de prolepse ou antecipação busca corporificar não apenas “a provisoriidade de toda atividade humana presente face à realidade última e ao sumo bem do reino escatológico de Deus”, mas tam-

bém “a futuridade, a abertura e a parcialidade inerente a todos os eventos e realidades presentes”²⁵.

Em face da análise acima, reinado de Deus pode, portanto, ser visto como perenemente presente, como reino futuro e como prolepticamente presente (isto é, como presente-futuro). Por essa razão, a Igreja deveria ser vista como o âmbito dentro do qual os poderes prolépticos do reino vindouro estão agindo. Assim, tanto a Igreja quanto os crentes vivem dentro de uma tensão peculiar: como quem tem e como quem não tem. Como diz Sherman, a Igreja é chamada a apontar para “longe de si mesma, para a ação presente e futura de Deus no mundo”²⁶. Em outras palavras, a Igreja é a interface entre esses reinos. É o pivô entre a soberania presente de Deus e sua perfeição. Em si mesma, é uma esfera única do exercício do poder do reinado de Deus.

Isso obviamente nos leva à doutrina clássica do tríplice reino de Deus, ou seja: os reinos do poder, da graça e da glória. A ortodoxia luterana fala deles como reinos de Cristo. No reino do poder Cristo exerce seu poder divino mediante o governo e a manutenção do mundo. No reino da graça Cristo opera através de sua graça salvífica. No reino da glória Cristo desdobra em toda sua perfeição sua glória divina diante dos salvos no céu. De acordo com essa doutrina dos reinos tríplices, portanto, o reinado de Cristo abarca todo o mundo, o presente e o futuro.

Destarte, a doutrina é muito congenial às três dimensões do reinado de Deus discutidas acima, ou seja: o perenemente presente, o futuro e o prolepticamente presente. O reino do poder corresponde à dimensão perenemente presente do reinado de Deus. O reino da graça corresponde à dimensão prolepticamente presente do reinado de Deus. O reino da glória corresponde à dimensão futura do reinado de Deus. Este último abrange o destino dos indivíduos após a morte e também o “novo céu” e a “nova terra”, que abarca as dimensões pré-política, política e transpolítica. Assim, o reino da glória não deveria ser reduzido à questão da sobrevivência pessoal, embora isso seja importante. A graça é a presença proléptica da glória. Em outras palavras, a graça, assim como a glória, é total em seu alcance. Como diz Sherman com acerto:

Graça significa comissionamento com poder para o futuro, bem como cancelamento da culpa do passado; e esse comissionamento deve expressar-se através das estruturas da vida.²⁷

O conceito do reino vindouro serve para manter a esperança cristã com suas dimensões sócio-políticas da escatologia. No entanto, dá pouca atenção ao elemento da realização presente da vida do tempo final na Igreja e não reconhece a significação do reino permanentemente presente. Este vácuo é, contudo, preenchido pelo assim chamado “ensinamento dos Dois Reinos”.

Esse ensinamento reconhece o reino perenemente presente. Em termos de “reino da esquerda” esse ensinamento proclama a soberania de Deus tan-

to sobre a Igreja quanto sobre o mundo. Assim, ele vincula a ética cristã e o mundo secular ou social. A contrapartida, porém, é que guarda pouco espaço, se é que há algum, para o reino vindouro e suas demandas. O reino à esquerda é sinônimo do reino de poder, enquanto o reino à direita é sinônimo do reino de graça.

Em suma, a visão proléptica toma a sério “a dinâmica da história e de uma esperança do reino vindouro”²⁸, completa com seu significado social e político, inclusive com as perspectivas e aspirações dos pobres e dos oprimidos.

Conclusão: Implicações para a Tarefa Teológica no Terceiro Mundo

O reinado de Deus está tanto aqui quanto lá, é iniciativa divina e projeto humano, e salva tanto o indivíduo quanto a sociedade. A autoridade e o governo de Deus devem ser reconhecidos e obedecidos em qualquer dimensão da vida, e isso tem implicações diretas para a missão da Igreja ao mundo. Logo, a mensagem do reino tinha e ainda continua a proporcionar uma perspectiva acerca da história social mundial e sua crise. Em outras palavras, de acordo com a análise acima, Deus está plenamente envolvido na luta política dos países do Terceiro Mundo. O reinado de Deus promete a “nova terra”, em que florescerão a justiça e bem-aventurança. Promete o *shalom* de Deus, a dádiva de Deus de uma criação renovada e uma humanidade em plenitude. Os seres humanos se tornarão humanos apenas se se permite que Deus seja Deus. Na qualidade de agente do reinado de Deus, a teologia tem que continuar a criticar as estruturas políticas malignas. Assim, apenas aqueles que se entregaram a si mesmos ao reinado de Deus têm as qualificações para serem teólogos de libertação. Deus tem que governar no coração do teólogo antes de este embarcar na tarefa de libertar seres humanos de estruturas sociais malignas.

Deus criador continua a se encontrar com os seres humanos e a trabalhar em seu meio, com a finalidade de estabelecer seu reino vindouro. A justiça que reinará no reino vindouro tem que estar em relação com as questões políticas com que se confrontam os povos do Terceiro Mundo hoje, na medida em que lutam para realizar sua humanidade plena. Assim, os teólogos no Terceiro Mundo são inspirados pela convicção de que Deus tem uma palavra para as comunidades do Terceiro Mundo e se importa muito com o que lá acontece; que Deus não apenas salva a alma, mas continuamente cria em nosso meio. Nesse sentido, a teologia da libertação é uma teologia que nos desafia e provoca a uma responsabilidade maior. Os teólo-

gos da libertação crêem que Deus sempre interfere e questiona todas as ações políticas humanas, de modo que venham a servir à justiça. O Deus bíblico, como é entendido pelos teólogos da libertação, pode bem ser um aborrecimento para os políticos, que usualmente inventam um “deus” de religião civil através da ajuda de falsos profetas, precisamente a fim de eliminar a interferência com o que fazem. Em outras palavras, os teólogos da libertação são inspirados pela convicção de que Deus continua a chamar a todos nós a prestarmos contas tanto de nossas ações privadas quanto das públicas, que afetam as outras pessoas. Não há maneira pela qual os teólogos do Terceiro Mundo possam evitar as exigências de Deus de que a justiça deve ser feita a nossos semelhantes, através de ações políticas. Conseqüentemente, a ação política permanece um desafio e uma oportunidade para teólogos da libertação no Terceiro Mundo trabalharem com Deus em favor de seus semelhantes, até que a vitória do amor e da justiça seja obtida. Para esse fim, Deus nunca permitirá a eles e a todos nós descansar.

A esperança do reino é a promessa da paz. Portanto, a esperança dos teólogos da libertação no Terceiro Mundo é que essa promessa venha a se cumprir em alguma forma significativa, não somente no fim do tempo, mas em nossa situação contemporânea.

Em face deste desafio divino, instituições sociais malignas freqüentemente deverão ser mudadas, desmanteladas e substituídas, de modo que o amor e a justiça possam ser servidos. Portanto, para os adoradores de um Deus ativo e continuamente criador, transformações sociais iconoclásticas e inovadoras serão inevitáveis nos países em formação no Terceiro Mundo. Os teólogos da libertação no Terceiro Mundo são finalmente inspirados pela convicção de que a cristandade tem que entrar no mundo, a fim de libertar os seres humanos do pecado e de estruturas malignas deste mundo.

Notas

1 Allan BOESAK, *The Finger of God*, New York, Orbis, 1982, p. 85.

2 Cf. a assertiva de Boesak de que “o Deus vivo” lhe ordenou abrir sua “boca em favor dos destituídos e defender a causa dos oprimidos” (ibid., p. 36).

3/V. Ulrich DUCHROW, *Global Economy*, Geneva, WCC Publications, 1987, pp. 5-6.

- 4 Manas BUTHELEZI, "Theological Grounds for an Ethic of Hope", in: Basil MOORE, ed., *The Challenge of Black Theology in South Africa*, Atlanta, John Knox, 1973, pp. 155-6.
- 5 Leonardo BOFF & Clodovis BOFF, *Salvation and Liberation*, New York, Orbis, 1984, p. 56.
- 6 Ibid., pp. 56-7 (*Da Libertação; o Sentido Teológico das Libertações Sócio-Históricas*, Petrópolis, Vozes, 1979, p. 57.)
- 7 Cf. Jon SOBRINO, *Christology at the Crossroads*, New York, Orbis, 1984, pp. 45ss.
- 8 Jon SOBRINO & J. H. PILO, *Theology of Christian Solidarity*, New York, Orbis, 1985, pp. 22-3.
- 9 Jon SOBRINO, *The True Church and the Poor*, New York, Orbis, 1984, p. 45.
- 10 Simon S. MAIMELA, "Theology and Politics in South Africa", in: *The Chicago Theological Seminary Register*, vol. LXIX, n° 2, Chicago, Chicago Theological Seminary, 1979.
- 11 Simon S. MAIMELA, *Proclaim Freedom to My People*, Braamfontein, Skotaville, 1987, p. 129.
- 12 Ibid.
- 13 LW 13,197; LW 46,237.
- 14 WA 28,360,25-28; 361,33-39.
- 15 Desmond TUTU, *Hope and Suffering*, Grand Rapids, Eerdmans, 1984, p. 177.
- 16 Ibid., p. 183.
- 17 V. Ulrich DUCHROW, *Subject to Authorities*, Zenith, 1975, p. 3.
- 18 Ibid., p. 5.
- 19 Ulrich DUCHROW, *Global Economy*, p. 8.
- 20 Bonganjalo C. GOBA, *Doing Theology in South Africa; a Black Christian Perspective*; Th.D. Dissertation, Chicago, Chicago Theological Seminary, 1978, pp. 125-6.
- 21 Franklin SHERMAN, "The Church and the Proximate Goals of History: A Theological Perspective", in: —, ed., *Christian Hope and the Future of Humanity*, Minneapolis, Augsburg, 1969, p. 81.
- 22 Ibid., p. 82.
- 23 Ibid., p. 81.
- 24 Ibid.
- 25 V. Norman METZLER, *The Ethics of the Kingdom*; Th.D. Dissertation, Munich, University of Munich, 1971, p. 439.

26 Franklin SHERMAN, "The Church and the Proximate Goals of History: A Theological Perspective", p. 83.

27 Ibid., p. 86.

28 Ibid.